

## APRESENTAÇÃO

Trazemos a público o Relatório das atividades do Senado Federal concernentes à 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Contrariando expectativas de um ano de pouca produção legislativa em função das eleições e de termos tido a Copa do Mundo, 2014 revela resultados que poderiam parecer surpreendentes. Nesse ano que se encerrou tivemos 696 matérias concluídas na Casa. Destas, 570 foram aprovadas, tendo sido as demais rejeitadas, consideradas prejudicadas ou retiradas pelo autor. Esses números se assemelham aos do ano anterior (615 matérias aprovadas), o que demonstra a seriedade e o empenho desta Casa de leis em cumprir sua missão, tendo no biênio aprovado mais de 1000 matérias.

Como frisamos no ano anterior, ao analisarmos a origem dessas matérias desmistificamos a ideia corrente segundo a qual o Legislativo apenas vota propostas do Poder Executivo. Excetuando-se as concessões de rádio e TV, apenas 43 das matérias aprovadas em 2014 têm origem no Executivo, enquanto 222 no Legislativo (destas, 136 no Senado e 86 na Câmara).

Mais do que um balanço quantitativo, entretanto, é importante destacar que esses números se referem a importantes projetos de Lei, propostas de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias, projetos de Resolução e projetos de Decreto Legislativo, que se converteram em normas jurídicas de qualidade, que representam melhoras efetivas para aspectos relevantes da vida nacional.

Entregamos à sociedade o marco civil da internet, necessária regulação do uso da internet no país, garantindo segurança aos usuários. Promulgamos a emenda constitucional que indeniza os soldados da borracha. Fizemos a lei que tornou hediondo o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Alteramos a Constituição para garantir a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas do país, assim como para determinar a expropriação de terras em razão de trabalho escravo. Transformamos em lei a obrigatoriedade de quota de 20% para negros em concursos públicos, a permissão de porte de arma fora do serviço a agentes e guardas prisionais e o piso salarial nacional para os agentes comunitários de saúde. Aprovamos o Plano Nacional de Educação, o Estatuto das Guardas Municipais, a Lei da Palmada (ou Lei Menino Bernardo), a Política Nacional de Cultura Viva, a universalização do Supersimples. Promulgamos emenda à Constituição aumentando em dois pontos percentuais o repasse do Imposto de Renda e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). E essas são apenas algumas das matérias mais importantes.

Também aprovamos outras tantas matérias que, enviadas à Câmara, aguardam deliberação daquela Casa.

No processo de mudança pelo qual o Brasil vem passando, contribuímos com a necessária abertura e modernização do Senado, o que se reflete na qualidade do serviço prestado à sociedade. Demonstramos, com resultados, nosso compromisso em trabalhar para a sociedade e não para grupos.

Encerramos nosso biênio à frente da Mesa do Senado, e a Legislatura, com o sentimento de dever cumprido. Para isso contamos com o inestimável apoio dos integrantes da Mesa do Senado; o 1º Vice-presidente, senador Jorge Viana; o 2º Vice-presidente, senador Romero Jucá; o 1º Secretário, senador Flexa Ribeiro e os demais componentes: senadora Angela Portela, senador Ciro Nogueira, senador João Vicente Claudino, senador Magno Malta, senador Jayme Campos, senador João Durval e senador Casildo Maldaner.

Parabenizamos ainda todos os Senadores, que, com seu trabalho árduo não apenas no Plenário, mas em cada uma das Comissões e subcomissões da Casa, fizeram com que os projetos e as propostas se transformassem em leis importantes como as citadas.

Não poderíamos, por fim, deixar de registrar nosso agradecimento a todos os servidores da Casa, por seu profissionalismo, competência técnica e dedicação.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente